

SUBJETIVIDADE, PODER E ESTRUTURAÇÃO: ELIAS, FOUCAULT E BOURDIEU

Beatriz Patriota PEREIRA¹

Resumo: A partir da articulação das contribuições teóricas de Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, destaco o diálogo entre agência e estrutura e descrevo os desdobramentos das noções de subjetividade, poder e estruturação em cada autor. Primeiro, retomo os principais conceitos de Elias, para pensar figuração e estruturação. Depois, trago Foucault e seu descentramento do sujeito. E por último, discuto parte da teoria de Bourdieu, destacando o peso da análise estrutural construtivista. Para, enfim, ressaltar os diálogos e disputas entre os três autores.

Palavras-chave: Poder. Estrutura. Agência. Subjetividade.

SUBJECTIVITY, POWER AND STRUCTURATION: ELIAS, FOUCAULT AND BOURDIEU

Abstract: From the articulation of the theoretical contributions of Norbert Elias, Michel Foucault and Pierre Bourdieu, I contrast the dialogue between agency and structure and I describe the developments of subjectivity notions, power and structure on each author. First, I return the key concepts of Elias, to think about figuration and structuring. Then, I bring Foucault and his decentralization of subject. At last, I discuss part of Bourdieu's theory, highlighting the weight of the constructivist structural analysis. To, finally, protrude the dialogues and disputes among the three authors.

Keywords: Power. Structure. Agency. Subjectivity.

Introdução

Minha proposta é fazer uma análise do pensamento sociológico da segunda metade do século XX, a partir da articulação das contribuições teóricas de Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Com destaque para o dialogo entre agência e estrutura e pensando nos desdobramentos das noções de subjetividade, poder e estruturação em cada autor. O texto está dividido em quatro partes. Na primeira parte, retomo os principais conceitos de Elias, para pensar figuração e estruturação. Na segunda, trago Foucault e seu descentramento do sujeito. Na terceira, discuto parte da teoria de Bourdieu, destacando o peso da análise estrutural construtivista. E, enfim, na última parte, ressalto os diálogos e disputas entre os três autores.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. bia.patriota@hotmail.com

Norbert Elias: figuração e interdependência

O sociólogo alemão Norbert Elias, em sua Sociologia Histórica, pressupõe que os indivíduos e as estruturas são interdependentes. A partir de uma metodologia processual, busca compreender as mudanças rápidas e contínuas nos processos sociais e nas estruturas individuais, voltando suas explicações para ligações fatuais e considerando os processos sociais como reversíveis. Define os processos sociais como objeto da Sociologia, enquanto o objetivo é a identificação do que há de comum nas sociedades.

Elias descreve historicamente os modos de comportamento, modelando instintos e corporalidades à estrutura, a partir de uma síntese compreensível dos conceitos. Ele propõe uma análise dos processos e relações. Observa a evolução, enquanto um processo, para interpretação da realidade e construção da teoria. Assim, o método comparativo permite exibir as estruturas.

O individual e o social estão em relação. Não existe indivíduo fora da sociedade e não existe sociedade fora do indivíduo. Essa é a base da interdependência, já que indivíduo e sociedade se referem ao mesmo processo. A sociedade não é vista como um aglomerado cumulativo de pessoas. Há uma forma determinada de convívio entre os homens. Os homens agrupam-se em figurações, que exigem e geram um padrão específico de controle emocional. O comportamento individual é desenhado por uma estrutura social. Não há um sujeito, Elias desconstrói sua ontologia. Não dá para pensar sociologicamente o indivíduo sem levar em consideração a psicogênese vinda da sociogênese.

Assim, em “O processo civilizador”, Elias (1994) ressalta o processo de interiorização de regras estabelecidas, que culmina no autocontrole e na racionalização. Há uma repercussão prática do processo civilizatório no habitus do indivíduo, de forma que ele “herda” teias de sociabilidade, em que ele é construído. A estrutura psíquica individual é moldada pelas atitudes sociais, marcadas por aprendizado e sociabilidade pacificadoras, que criam um “refinamento” de comportamento. A “civilidade” é constituída pelas regras de etiqueta, em que predomina a ética. As regras de etiqueta incluem mudança de comportamento e de sociabilidade. Há uma preocupação cada vez maior com a higiene e com o espaço individual.

A “civilização”, então, seria uma ideologia do Ocidente para se legitimar,

explicitando sua singularidade e superioridade. O Ocidente cria o não civilizado como inferior, a diferença é tida com outro valor. A colonização é justificada pela idéia de que o outro precisa ser governado de fora e ser dominado, porque não tem autocontrole. Daí o termo “civilização”, que vem da palavra *civilité* e traz a noção de polidez, diferente de cultura.

O processo civilizatório é contínuo e é marcado pela mudança de *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais universal e estável. Como efeito, autonomiza a auto-coação e pressupõe autocontrole automático dos indivíduos. A condição da liberdade é o auto-controle. Cria-se outro padrão de ordem social. Ocorre a separação entre o público e o privado, enquanto instâncias políticas. A constituição do privado é reflexo do político. Possibilita freios ao exercício da individualidade pela introjeção do autocontrole nas funções instintivas, corporais e sentimentais.

A subjetividade é marcada por uma corporalidade segmentada, em que um é diferente do outro, em partes e funções. A constituição da subjetividade e das relações com os diferentes é feita por meio do discurso. Há uma valorização da razão, resultado do processo de dominação da corporalidade, possível pela dominação da natureza, do outro e de si.

Subjetivamente, há uma diminuição da autonomia do indivíduo, pela redução do espaço de autonomia individual. O controle é introjetado, sem uma escolha racional, e cria a interdependência com a estrutura, dando menos liberdade ao indivíduo. A interdependência é caracterizada por relações de poder. Diferenciando o autogovernado, que tem autocontrole introjetado, do governado, que não segue as etiquetas.

Está em processo a subjetividade passiva, marcada pelo controle do uso da violência. No âmbito da subjetividade, vive o conflito social. A violência é caracterizada pelo acerto de conflito e exercício do poder. O que freia a violência durante o processo civilizador é a elite. Depois de usar da violência para acumulação de poder, a elite cria mecanismos para manutenção do poder pelo uso da justiça. A violência não é mais necessária. Agora é necessário que as lideranças políticas dentro do estado convivam, aglomerando-se em torno de uma classe. Cada vez mais, o exercício da violência ocorre no privado.

Desta forma, em *Estabelecidos e Outsiders*, Elias (2000) se propõe responder: de que modo membros de um grupo mantém a crença em que são mais poderosos e humanos melhores do que os outros? Que meios utilizam para impor a crença? Ao

analisar o caso de Winston Parva, uma pequena comunidade onde as famílias antigas consideravam-se superiores e recusavam-se a manter contato com os novos residentes, apesar das mesmas condições sociais e econômicas, Elias (2000) percebe a estrutura dividida entre os antigos residentes, operários estabelecidos, com estilos de vida, normas, padrões e orgulho definidos, e os recém-chegados, vistos como marginais, operários também, desconhecidos entre si e sem coesão visível, criando uma complementaridade entre carisma e desonra grupal e uma barreira afetiva que permite a perpetuação do tabu.

Tem-se então aí um exemplo empírico de formação de hierarquia entre superiores e inferiores, em que a desigualdade não é imposta por uma relação de violência ou de poder, e em que ela não é mais justificada por características objetiváveis; ela não é, por isso, menos profundamente interiorizada, inclusive por aqueles que são vítimas desta mesma desigualdade. (HEINICH, 2001, p.10).

Elias observa que os processos de figuração se caracterizam pela constituição de grupos. As estruturas relacionais de relação de figuração são divididas em estabelecido e outsider. É a partir da figuração que o estigma é criado. Estudar a figuração, lhe permite entender os mecanismos de segregação, exclusão e desigualdade. Seu objetivo é compreender os diferenciais de poder, a partir dos graus de coesão interna e do controle comunitário.

A figuração é entendida como reflexo do equilíbrio instável do poder e precondição da estigmatização. Em que o grupo estigmatizado é excluído e desprezado. O outsider recebe o rótulo de valor humano inferior com meio de manter a superioridade social do estabelecido. O estigma penetra na autoimagem.

O estigma é a subjetivação do grupo, que limita a existência do estigmatizado e mantém a coesão dos estabelecidos. Já a estigmatização está na estrutura, pelo habitus. A estigmatização é o processo que envolve o outro acreditar no sentimento de pertencer a um grupo diferente e inferior. Ela trabalha sobre os estigmatizados, levando-os a interiorizar a imagem que lhes é remetida. Diferentemente, o preconceito individual é realizado na interação, pelo constrangimento, relacionado a qualidades individuais e estruturas de personalidade.

Só se configura o par estabelecidos/outsideiros se o outsider aceitar a estigmatização. A superioridade dos estabelecidos é mantida por controles sociais e atribuição de valor humano inferior aos outsideiros, criando uma barreira emocional. Não

existe a aceitação de que eles têm as regras deles. “Eles não são”, é anulada a possibilidade de alteridade. A existência deles mantém nós sobre controle. As personalidades do estabelecido e do outsider são alteradas na relação. A exclusão e a estigmatização dos outsiders pelos estabelecidos são armas de preservação de sua identidade e afirmação de superioridade.

Contudo, uma reação possível é de os outsiders positivarem sua característica estigmatizada. O estabelecido nunca está garantido. A participação na superioridade de um grupo é a recompensa pela submissão às normas, marcada pela sujeição da conduta a padrões específicos de controle dos afetos. As lutas para modificar o equilíbrio de poder podem evidenciar o problema de distribuição das chances de poder que está no centro dos conflitos entre estabelecidos e outsiders. Os estabelecidos se incluem dentro da fronteira ao dizer “nós” e excluem os outros como “eles”. Há uma pressão do “nós” na auto-regulação de cada membro, objetivando autocontrole e opinião grupal articulados.

Em *Sociedade dos indivíduos*, Elias (1994) se dedica a pensar as mudanças na balança nós-eu. Partindo de uma abordagem sociológico-processual, o autor defende que no plano das relações não se pode proceder um processo de conceituação. Como a relação indivíduo/sociedade modifica-se com o desenvolvimento da humanidade, a relação entre as identidade-nós e identidade-eu está marcada por uma crescente separação entre o individual e o social, desnaturalizando a relação e atribuindo um caráter instrumental a ela. O indivíduo deve ser autônomo, constituído de identidade eu-nós. Contudo, a existência da identidade-eu é condicionada a identidade-nós. Não há liberdade de escolha na identidade grupal e no habitus social.

A identidade eu-nós é parte integrante do habitus social de um indivíduo. Não há identidade-eu sem identidade-nós, mas há uma variedade dentro da relação eu-nós. A continuidade da sequência processual como elemento da identidade-eu é marcada pela memória, preservação seletiva das experiências, e pela diferenciação, individualização. Na convivência, um indivíduo se diferencia e é percebido como diferente. A organização corporal permite perceber-se como imagem, diferenciando o corpo da alma, o eu e o outro. A narrativa do eu expõe um processo, a biografia.

Michel Foucault: discursos, poder e saber

A trajetória do filósofo francês Michel Foucault se divide em dois momentos: no

primeiro, ele se preocupa em como o sujeito é produzido, em sua exterioridade, e na disciplina que o cria, sem incluir a agência; em um segundo momento, foca na dimensão do sujeito, na hermenêutica e no cuidado de si, discutindo os empoderamentos e as normalidades.

Como metodologias, parte da arqueologia do saber, da genealogia do poder e da análise do discurso. A arqueologia do saber se pretende responder: como as instituições surgiram? Já a genealogia do poder se preocupa em: como o corpo individual é moldado pelo saber científico? Como o mundo moderno foi construído? Que tipo de indivíduo ele constrói? “A arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir de discursividades locais assim descritas, os saberes desajeitados que daí se desprendem.” (FOUCAULT, 2002, p.16).

Para Foucault, os processos de sujeição ocorrem por meio regras naturalizadas, que permeiam as relações sociais e são internalizadas no corpo. A coesão social é garantida pela coerção do corpo. Há uma internalização da dominação. O sujeito está submetido ao controle, à disciplina e à vigilância e é construído a partir da produção de poder sobre os indivíduos. O poder cria indivíduos como produtos de relações de poder que são alvos do asujeitamento. “O poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 2002, p.35). O descentramento do sujeito é possível pela elaboração de como o sujeito produz. O sujeito é produto de relações de poder e move essas relações.

Não existe indivíduo antes da disciplina, ele é efeito dela. A subjetividade individualizada é criada pela disciplina. Da mesma forma, a construção do sujeito é consequência do dispositivo disciplinar, que asujeita o sujeito como indivíduo. A subjetivação é resultado das tecnologias de poder investidas nos sujeitos. As técnicas de individualização fazem o sujeito acreditar que o indivíduo é livre e pode mudar o mundo. Dá capacidade de ação ao sujeito.

A disciplina - enquanto técnica e poder - é discutida em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987). Ela possibilita o processo pelo qual a força do corpo é reduzida como força política e maximizada como força útil. Cria indivíduos úteis e dóceis. Há uma inversão funcional da disciplina, em que lhe é atribuído um papel positivo. O poder recompensa quem sabe como se comportar. Além disso, ocorre a ramificação e estilização de seus mecanismos, por meio da vigilância e regulamentação.

A sociedade disciplinar foca na identificação, controle e codificação do indivíduo. Suas técnicas são ensinar, vigiar, hierarquizar e recompensar. Os códigos são incorporados e reforçados pelas instituições. Por meio do panóptico, possibilita uma

forma de vigilância e controle sobre os corpos, que compartimenta os indivíduos, que são codificados e observados de um único ponto. Os discursos naturalizam o controle, a partir de socialização e coerção, de recompensas e punições. O poder disciplinar é positivo e produtivo, além de repressivo. Depois da consolidação do poder disciplinar, surge a biopolítica, como controle sobre os corpos massivamente pensados.

Foucault parte de uma análise empírica dos efeitos do poder. Na economia das relações de poder, é necessário compreender como o sujeito se relaciona com o poder. O sujeito pode agir com confronto e resistência. Ou o poder pode estar investido, no asujeitamento. Ao discutir corpo e subjetividade, destaca a relação entre poder, corpo e saber. Nos procedimentos de sujeição, a presença do corpo é uma relação de poder, em que a disciplina tenciona o poder soberano de deixar viver e fazer morrer.

Para o filósofo, saber e poder são indissociáveis. O poder tem como base o conhecimento e é capaz de disseminar a verdade. Ao mesmo tempo, exerce o poder quem tem saber. Não há poder sem um campo de saber, e não há saber que não suponha relações de poder. Ele parte do pressuposto de que os discursos são construídos ao longo da história e que há uma institucionalização do saber pela ciência moderna, de forma que quem detém o saber estabelece como se comportar e o que é aceitável, admitindo que o conhecimento reconhecido propicia o poder.

O poder se faz na relação. Só coerção não é poder. Há redes de poder, em que o poder perpassa a sociedade em teias de relações. O poder se dá na classificação e ao fundar regimes de verdade. É caracterizado por uma pluralidade de centros, que formam uma microfísica do poder. As relações de poder permeiam toda a sociedades e estão em circulação. O conflito é marcado pelo confronto ou por relações de poder que conflita os diferentes. O filósofo almeja localizar e expor os diferentes pontos de atividades do poder. O poder tem a capacidade de estabelecer quem é normal/anormal. Os anormais são excluídos.

Assim, em “O sujeito e o poder” (FOUCAULT, 2012), retoma a história dos diferentes modos pelos quais os humanos tornam-se sujeitos, pelos modos de objetivação. Foca no sujeito em relações de produção, significação e poder. O desenvolvimento dos opositores, individualização e identidade, faz dos indivíduos sujeitos. O poder se exerce nas relações entre indivíduos e nos mecanismos de poder, nos modos de ação de uns sobre outros. O exercício de poder consiste em conduzir condutas e em ordenar probabilidade. Para analisar as relações de poder é preciso observar as regras das instituições e seu aparelho.

Em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996), propõe subverter da ordem do discurso e questionar o papel de uma instituição de ensino. E demonstrar todas as relações de poder que controlam, oprimem e reprimem o corpo social, pensando como o sujeito se posiciona perante esse discurso. Foucault (1996) pauta as relações entre poder e discurso. Discurso como espaço de luta pelo poder e como prática social, que tem condições de possibilidade e regras pré-estabelecidas. Sua hipótese é que a produção do discurso é controlada por procedimentos que conjuram seus poderes e dominam seu acontecimento aleatório.

No processo dialógico com o mundo, o sujeito é constituído ao mesmo tempo em que constrói a realidade em que está inserido. Constituir-se como sujeito de um discurso implica apropriar-se subjetivamente de um discurso, em um contexto específico. A produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem a função de conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório. As coerções do discurso limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. O discurso possibilita transferir significados e sentidos, que se anulam na realidade. Ele não é neutro. Além de dizer o que acontece, é objeto de desejo e das lutas de dominação e poder.

Existem condições políticas de enunciação do discurso. Pensar a verdade é pensar em quem pode dizer, o que pode ser dito e como a vontade de verdade se estabelece pela disciplina, pela ciência e pelo controle do que é verdadeiro, partindo da diferença entre o sujeito e o enunciado. Foucault quebra a neutralidade do discurso e o neutro como homem, branco, masculino e heterossexual. Existe uma produção controlada, que seleciona, organiza e redistribui, permitindo a efetivação do discurso no social. A análise do discurso questiona a rarefação imposta pelo jogo de informação. O poder está em disputa. A verdade é identificada com a razão e correspondente a condições políticas do que é verdade. Há uma disputa pela verdade e sua enunciação, marcada por regimes de produção de verdade. Existem formas de enunciação da verdade, que hierarquizam saberes.

Os procedimentos de exclusão, controle e delimitação da produção de discursos podem ser: externos, como a interdição, em que não se tem o direito de dizer tudo, a separação e a rejeição, em que segrega a loucura e o anormal, e a oposição verdadeiro/não discurso, em que a vontade de verdade se torna um poder de coerção; internos, que são os controles exercidos pelo próprio discurso na produção, classificação, ordenação e distribuição do discurso, que estabelece uma função restritiva

e coercitiva; e a partir de regras impostas aos sujeitos, que liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhe proíbe os outros.

O discurso traduz as lutas ou sistemas de dominação e é o lugar de disputa do poder. É investido de desejo e carregado de poder. Marcado por uma dupla sujeição: dos sujeitos aos discursos e dos discursos aos sujeitos que falam. Foucault (1996) mostra que é preciso analisar suas condições, seu jogo e seus efeitos: questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante.

Como método, o autor utiliza os princípios de: inversão, que reconhece o jogo negativo de recorte e rarefação do discurso; descontinuidade, que trata os discursos como práticas descontínuas, que se cruzam, se ignoram ou se excluem; especificidade, que compreende o discurso como violência e prática imposta; exterioridade, que foca nas suas condições externas de possibilidade, aquilo que fixa fronteiras.

No livro *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (2002) discute a política como continuação da guerra por outros meios e como a guerra pode ser instrumento de análise das relações de poder. A guerra é encarada enquanto gabarito de inteligibilidade dos processos históricos. É pano de fundo de todas as relações de poder. Em sua analítica do poder, pensa a política como continuação da guerra e a política na guerra como dimensão de combate. Na “paz civil”, as lutas políticas podem ser interpretadas como continuações da guerra.

Ao pensar o poder, deseja “[...] determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas.” (FOUCAULT, 2002, p.19). Destaca que a análise do poder está ligada a uma “funcionalidade econômica”. O poder se exerce e só existe em ato. É uma relação de força.

O mecanismo do poder seria a repressão e o fundamento da relação de poder seria o enfrentamento belicoso das forças. Há uma relação entre poder, dinheiro e verdade. O autor toma algumas precauções de método: apreender o poder em suas extremidades, onde ele se torna capilar e analisar o poder como uma coisa que circula, que só funciona em cadeia, em rede, que transita por nosso corpo. Pontos que serão aprofundados em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979). Assim, a microfísica do poder é entendida a partir dos mecanismos de exclusão, da aparelhagem de vigilância e da medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência. A análise do poder deve

voltar-se para o âmbito da dominação, das formas de sujeição e dos dispositivos de saber.

O poder pela vida é marcado pela estatização do biológico, em que a vida e a morte ficam dentro do campo do poder político, estabelecendo um novo direito de fazer viver e deixar morrer. Nos séculos XVII e XVIII, aparecem técnicas de poder centradas no corpo, que pretendiam aumentar sua força útil através de exercícios e treinamento. Destacam-se a disciplina individualizante e a biopolítica massificante, como tecnologias sobrepostas.

O corpo, enquanto organismo, é alvo da disciplina, dentro da instituição. A população, pensada em seus processos biológicos, é alvo de mecanismos regulamentadores do Estado. Há uma articulação na sociedade de normalização, entre as normas da disciplina e da regulamentação. Além disso, insere o racismo dentro dos mecanismos do Estado pelo biopoder. Racismo como “corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2002, p.304), que tem a função de fragmentar e possibilita o exercício do direito de matar.

Pierre Bourdieu: dominação, produção simbólica e sociologia da prática

O sociólogo francês Pierre Bourdieu se enquadra dentro do construtivismo estruturalista, ao se posicionar entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas e práticas, e “articular dialeticamente o ator social e a estrutura social” (ORTIZ, 1983, p.8). Procura encontrar a mediação entre agente social e sociedade, enquanto dimensões interdependentes, propondo uma dialética entre as determinações estruturais do estruturalismo e a análise das relações de poder pelos agentes do interacionismo.

A interiorização pelos atores, dos valores, normas e princípios sociais, assegura, dessa forma, a adequação entre as ações dos sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. Tem-se, aqui, uma crítica à teoria da prática proposta tanto por Durkheim quanto por Weber. (ORTIZ, 1983, p.15).

Sua sociologia da prática dialoga com a teoria da ação, enquanto crítica ao estrutural-marxismo. A teoria da ação foca nas dinâmicas e nos mecanismos das práticas dos agentes sociais. Seu objetivo é descobrir o princípio da diferenciação que permite regenerar teoricamente o espaço social empiricamente observado, ou seja, a luta pelas formas legítimas de classificação. Condensa a discussão teórica nos livros *Senso*

Prático (BOURDIER, 1996), *A distinção* (BOURDIER, 2007) e *Meditações Pascalianas* (BOURDIER, 2001).

Para Bourdieu, o sujeito é produtor e consumidor de bens simbólicos. O corpo incorpora as estruturas imanentes do mundo e estrutura a ação e a percepção desse mundo. O sujeito é visto como um agente que atua e sabe, dotado de senso prático. A agência é caracterizada por motivações e mecanismos. O agente social não é fruto das estruturas, pronto para reproduzir a ordem social. E também não é autônomo, dotado de racionalidade. Existem as estruturas objetivas que coagem as representações e ações dos agentes, mas os agentes, por sua vez, podem transformar ou conservar tais estruturas, na sua cotidianidade. Os agentes incorporam a estrutura social ao mesmo tempo em que a produzem e legitimam. Bourdieu se atenta às motivações de um agente.

Os sujeitos são agentes que atuam e sabem, dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O senso prático do que se pode fazer em uma dada situação é o *habitus*, ou seja, o senso do jogo, da arte de antecipar o futuro.

A dominação é constituinte das dimensões cultural e simbólica. Ela pode ser doce, em que a condição de subalterno é “merecida”, sem questionamentos. E é legítima quando é reconhecida. Na dominação simbólica, os dominados aplicam categorias construídas por dominantes às relações de dominação, fazendo-as ser vistas como naturais. Quem detém o poder é quem tem o poder de nomeação dentro de um campo, que se traduz no poder de categorizar. A legitimidade da fala está ligada a posição que o agente ocupa e ao *habitus*.

Desta forma, o capital é um estado incorporado nas disposições do corpo, como uma projeção da imagem do agente. Pode ser: simbólico, expresso nos símbolos que o indivíduo carrega desde o nascimento, como prestígios e títulos; cultural, marcado pelo consumo cultural e conhecimento, relaciona com a escolarização e a família; social, relacionado com a capacidade de se sociabilizar e se relacionar e com o senso prático, que se expressa em perceber e aproveitar as oportunidades; e econômico, ligado a critérios econômicos e materiais, exerce influência nos outros tipos de capital, ao possibilitar a acumulação de capital por investimento. O capital é um instrumento de dominação. Quem detém alto capital simbólico exerce o poder e a dominação. Poder simbólico de construção do mundo e poder político de impor uma visão das divisões, de manipular a estrutura objetiva da sociedade.

O habitus é um conceito analítico e operativo. É um conjunto de disposições estruturadas, que possibilita a reprodução e a mudança ou subversão. É um conjunto de estruturas objetivas, produtos de esquemas de percepção e representação, que podem dirigir/coagir a ação e a representação dos agentes. Produto da experiência biográfica individual e da história objetiva. Condiciona práticas, mas não determina. Gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares. Exprime a posição social, enquanto pré-disposição incorporada de se comportar de certa maneira. O habitus primário inclui o âmbito familiar e o secundário refere-se a instituição escolar.

Estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, o habitus é um conjunto de esquemas de produção de práticas e de percepção e apreciação de práticas. São disposições internalizadas, nem mecânicas nem determinísticas. São relações estruturais que moldam as ações de atores e instituições que estruturam essas relações. Diferenciados e diferenciadores, operam distinções.

Ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. “A noção de habitus não somente se aplica à interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificações que preexistem (logicamente) às representações sociais.” (ORTIZ, 1983, p.16). O habitus assegura a interiorização da exterioridade e adequa a ação do agente à sua posição social, enquanto as diferenças de classe se objetivam nas disposições dos indivíduos. É principio gerador e unificador de uma coletividade.

O habitus se refere a um campo. Agentes dotados de mesmo habitus formam um campo. De forma que o campo estrutura o habitus e o habitus constitui o campo. O campo de poder é o espaço de relações de força e de poder entre os diferentes tipos de capital. Há uma objetivação da estrutura do campo. O campo é uma expressão histórica, que trata de uma realidade objetiva. É uma arena de disputa que implica a distribuição de posições entre dominantes e dominados, estruturada conforme as relações de poder e os capitais dos agentes. Os agentes atuam conforme suas disposições dentro dos campos. Expressa o habitus incorporado e as formas de pensar e classificar.

Os campos resultam de processos de diferenciação social e conhecimento do mundo. Cada campo cria seu objeto e seu principio de compreensão. São exemplos de campos: artístico, educacional, político, acadêmico e jurídico. Eles constituem-se de microcosmos sociais com valores, capitais e objetos de interesse. Caracterizam-se pelo habitus, pelas leis que regulam a luta por dominação e interesses e pelos capitais/bens. Dentro da luta de posições, em que os postos estão em disputa, há um fluxo de

influências e dominação dentro do campo. A legitimação ocorre por meio dos aparelhos de dominação.

A própria estrutura do campo é objetivada no cotidiano do indivíduo e o indivíduo cria estratégias para atuar no campo. A estrutura condiciona a estratégia. E a estratégia é usada para enfrentar a estrutura. A estratégia parte do senso prático. São criadas estratégias pelos agentes de um campo para obtenção de vantagens. Algumas estratégias de enfrentamento são romper com a ordem ou subverter a ordem, para tornar dominante nessa ordem. As estratégias de ação social são sempre relacionais e resultam em violência. Aqui, Bourdieu discute sua posição social e o campo intelectual francês em que estava inscrito. Posições no espaço social fora do campo são afetadas por uma lógica classificatória.

Em *O camponês e seu corpo*, Bourdieu (2006) reflete sobre a forma como o campesinato argelino organiza suas relações, a partir de uma leitura sociológica do processo. Analisa a condição de solteiro ou casado dos camponeses concluindo que a unidade de produção é familiar e o casamento é um negócio estabelecido entre as famílias camponesas que mantém a produção. O autor afirma que técnicas corporais constituem sistemas, solidários a um contexto cultural. A “aparência” é percebida como símbolo de condição econômica e social. O camponês introjeta a imagem que os outros fazem dele, o estereótipo rude. A tomada de consciência de seu corpo é a tomada de consciência da condição camponesa, momento em que deixa de se solidarizar com seu corpo.

Em *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Bourdieu (1996) busca apreender estruturas e mecanismos, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço. As estruturas estão em oposição às disposições, marcadas pelo habitus.

Ao refletir sobre as posições e relações dos sujeitos, o autor conclui que o real é relacional, ou seja, as posições sociais, vinculadas a disposições e tomadas de posição, são relacionalmente definidas. As representações dos agentes variam segundo sua posição e seu habitus, como sistemas de percepção e apreciação. A posição ocupada no espaço social, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

Os homens existem na e pela diferença, ocupam posições relativas a distribuição de diferentes tipos de capital em um espaço de relações que é o princípio real dos

comportamentos. Este espaço é o espaço social e tende a funcionar como um espaço simbólico. Posições sociais e estilos de vida se relacionam e o espaço de posições se traduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação de espaço de disposições, ou seja, habitus. Cada classe de posições corresponde a uma classe de habitus.

O espaço social é a estrutura de relações gerada pelos capitais. Os agentes são distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com dois princípios de diferenciação: o volume global de capital e com a estrutura de seu capital. Mostra a particularidade dentro do campo, pela correspondência entre posse de capital e disposições. É a estrutura de posições no espaço pelo capital econômico e cultural. Também é o espaço do conflito, o espaço simbólico de lutas. E apesar de o espaço social ser diferente do físico, as distâncias espaciais podem equivaler a distâncias sociais, criando um espaço social retificado. O espaço social é definido pela distinção das posições que o constitui e os agentes sociais situam-se em um lugar distinto e distintivo pela posição relativa e a distância.

Assim, as classes distinguem e agrupam agentes, a partir de uma lógica em que a proximidade no espaço social predispõe a aproximação. A classe social é marcada pelo consumo de articulações de diferentes capitais e com consciência dos nós/eles, que define o critério de definição das coisas e dos gostos. Uma classe real é mobilizada como resultado da luta de classificações como luta simbólica para impor uma visão do mundo social.

A diferenciação social se baseia na classificação e na estrutura de distribuição de poder e capitais. O sociólogo deve construir e descobrir essas estruturas a analisar a conservação/transformação do espaço social, enquanto campo de forças e de luta.

Em *Meditações Pascalinhas*, Bourdieu (2001) incorpora as estruturas sociais sob a forma de estrutura de disposições. Define o espaço social com lugar de coexistência de posições sociais que constituem o princípio dos pontos de vista, associado a tomadas de decisão. Enquanto corpo, o sujeito ocupa uma posição no espaço social.

Os agentes aprendem pelo corpo. Os sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem operar atos de conhecimento prático e engendrar estratégias adaptadas. O senso prático possibilita agir de maneira adequada sem interpor uma regra de conduta. Só existem ação, história, conservação ou transformação de estruturas porque existem agentes que, enquanto corpos socializados, são dotados de um conjunto de disposições e propensos a jogar. Ao mesmo tempo, é em cada agente que existem

disposições coletivas, de forma que o social se institui nos indivíduos. Não é possível determinar quem escolhe o agente ou a instituição. A relação entre o agente e o mundo é entendida pelo corpo. As estruturas do espaço social modelam os corpos inculcando-lhes, vinculado à posição, as estruturas cognitivas. Pontos de vista são determinados e determinantes, e contribuem para fazer o espaço, na luta entre pontos de vista, perspectivas e classificações. Cada agente tem um conhecimento prático e corporal de sua posição no espaço social, que se traduz no sentido de localização.

O senso prático é a motivação consciente não refletida. Sem tempo para calcular as consequências, o sujeito age e atua. E ao agir, mantém ou subverte a ordem social. Efeito da naturalização das relações sociais e das concepções de mundo.

A evolução histórica tende a abolir a história, apresentando como evidente o que foi imposto. O sociólogo deve estar atento a construção social dos princípios de construção da realidade. A Sociologia se propõe a historicizar e neutralizar os efeitos da naturalização, que resulta em violência simbólica como mecanismo de manutenção da ordem. A submissão à ordem é produto do acordo de estruturas objetivas e estruturas incorporadas. A busca do reconhecimento é marcada pela busca do capital simbólico, da satisfação do amor próprio e da aprovação do outro, que consolida o reconhecimento do outro. O mundo social é produto das lutas simbólicas pelo (re) conhecimento, que se traduz em apresentação de si e princípios de construção de realidade.

Diálogos e disputas

Os estudos de Bourdieu acentuam a “[...] dimensão social em que as relações entre os homens se constituem em relações de poder, mas ainda, em que elas reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade: a sociedade é, dessa forma, apreendida como estratificação de poder.” (ORTIZ, 1983, p.25-26). O sujeito é visto como um agente, dotado de senso prático. Ao mesmo tempo, o habitus, enquanto estrutura estruturada e estrutura estruturante, condiciona as práticas por meio de disposições incorporadas. A estrutura é objetivada no sujeito e ele subjetiva as relações dentro do campo e referente a sua posição social.

Em contraste, Foucault e Elias partem da existência de pressupostos na formação do sujeito. A noção de interdependência entre sujeito e estrutura de Elias traz o social e o individual em relação dentro de um mesmo processo. O sujeito é desenhado pela estrutura social, a partir de um processo de interiorização de regras, que repercute no

autocontrole e na racionalização. A subjetividade é constituída por meio do discurso. O controle é introjetado e a autonomia do indivíduo perde espaço. A identidade-eu é condicionada a identidade-nós e é parte do habitus social.

O sujeito, para Foucault, é resultado do discurso, que perpassa a vontade de verdade e a neutralidade dada a noção de verdade. Construído a partir da produção de poder sobre os corpos. O sujeito é produzido pelo poder e produz poder. Há uma relação entre conhecimento, poder e corpo. A subjetividade individualizada é criada pelo poder disciplinar, que dá capacidade de ação ao sujeito.

Foucault observa que o poder se faz na relação. Ele perpassa a sociedade em teias de relações. Indissociado do saber, é produtivo e positivo. O poder se exerce nos modos de ação de uns sobre os outros. Está em disputa. Pelo discurso, produz a verdade e estabelece os padrões de normalidade. O poder disciplinar é caracterizado pelo controle individualizante e pela vigilância, aliado ao biopoder, que pensa os corpos massivamente.

Já Elias teoriza o poder a partir das relações de figuração entre estabelecidos e outsiders. A figuração é uma relação que abarca os mecanismos de segregação, exclusão e desigualdade. O poder é a extensão da margem de ação, associada a posição social, que dá capacidade de influenciar outros e influenciar a imagem que o outro tem de si mesmo, inferiorizando-o. Assim, a capacidade de mobilização depende da posição dos estabelecidos, sendo figuracional.

Bourdieu entende o poder a partir das relações de forças entre os diferentes tipos de capital, dentro dos campos sociais. Foca na dominação, para entender as relações e lutas de força entre os capitais nos campos. A diferenciação é baseada na classificação e na distribuição de poder e capitais. Quanto mais capital, mais poder e mais dominação. E quem exerce o poder estabelece os princípios de visão e divisão do mundo social.

Dialogando com os clássicos, Elias e Bourdieu assumem pontos de vista diferentes ao refletir sobre o desencantamento do mundo, de Weber. Para Elias, o mundo perde seu encanto ao dizer que o mundo não tem sentido e que atribuímos sentido a ele. Já Bourdieu (1979) entende *O desencantamento do mundo* a partir da racionalização das condutas econômicas que reproduz as desigualdades sociais e econômicas. Ele ocorre de dentro para fora, pelas práticas e disposições dos indivíduos, que são tomados pelo espírito de cálculo e previsão. Marcado pelo desaparecimento dos encantos e dos prestígio que propendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza, enquanto atividade para assegurar a reprodução da

ordem econômica e social. O sociólogo destaca o desencantamento do camponês, quando o próprio agente percebe que seus valores e conhecimentos são cada vez mais desvalorizados e considerados arcaicos. A destruição das categorias de percepção de seu mundo social é uma violência simbólica. Além disso, também dialoga com Weber ao discutir os campos, que retoma a noção de esferas.

Marx já destacava a distribuição desigual dos meios de produção e dos meios necessários à satisfação das necessidades materiais. Elias vai além das diferenças econômicas, considerando-as como um caso dos processos de segregação ou de estigmatização. A estigmatização também se associa a uma fantasia, que reflete e justifica a aversão. Mas um estigma social pode transformar-se em material, contemplando sua função objetificadora e atribuindo a um sinal físico um símbolo de pretensa anomia do outro grupo. Dentro desse processo, a raça surge como um hábito de perceber outra cor como outro grupo, construído a partir de adaptação, isolamento e contato, que reconstruíram o caráter temporal e possibilitaram a interpenetração. Bourdieu admite a existência de diferenças e princípios de diferenciação, de um espaço social de diferenças, no qual as classes existem virtualmente como algo que se trata de fazer, mas não de classes em si. Cada classe corresponde a uma classe de habitus.

Diferente de Marx, Bourdieu considera outras formas de capital para entender a complexidade da sociedade. O capital, para Bourdieu, é um instrumento de dominação, incorporado no corpo. *O camponês e seu corpo* (BOURDIEU, 2006) é uma crítica a uma leitura marxista em que entende que o fim do campesinato ocorreria pelo avanço do capital, esfera econômica. Para Bourdieu, fugindo do determinismo, a desestabilização do campesinato ocorre por mudanças no universo simbólico. A economia das práticas de Bourdieu tem forte influência da sociologia de Mauss, em que as trocas econômicas são práticas não necessariamente econômicas. Também tem influências de Durkheim, no âmbito estruturalista e ao discutir gosto e distinção social e recorrer a noção de representação.

O habitus de Elias é a ligação entre o indivíduo e a sociedade, caracterizado pela maneira como são incorporadas as modalidades de percepção e de ação coletivamente desenvolvidas no sistema das interações. Está dentro do processo civilizador, nas formas de construção da psicogênese, na incorporação de grupos no Estado centralizado de formas diferentes e nos graus de diferença. “Para Bourdieu, bem como para Elias, trata-se assim de evidenciar a dependência do indivíduo em relação aos comportamentos, ao mesmo tempo aprendidos e próprios do grupo a que pertence, que

não estão relacionados com a livre escolha.” (HEINICH, 2001, p.131). Mas para Elias, também fornece um meio de contornar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, “[...] mostrando o que as emoções e as disposições vividas no nível individual devem a processos coletivos de incorporação, amplamente inconscientes.” (HEINICH, 2001, p.132). Enquanto para Bourdieu, o habitus é produto de uma aquisição histórica, que possibilita a correspondência entre posições e tomadas de posições. É coletivo e transindividual. Marca a incorporação do social. O habitus é diferenciado e diferenciador; distinto, distinguido e operador de distinções; princípio de classificação; princípio de visão e de divisão diferentes.

Ainda dialogando, uma configuração, para Elias, é qualquer situação concreta de interdependência, em que o sistema de interações é observado no nível do indivíduo, marcado pela estrutura social. Corresponde ao campo de Bourdieu. Já que ao estudar os campos sociais, Bourdieu mostra como as relações entre os agentes reproduzem as relações objetivas da sociedade. Os campos são espaços onde as posições dos agentes se encontram previamente fixadas. Onde as lutas concorrenciais ocorrem, levando em consideração os capitais, que refletem em posições no espaço de posições de poder. Com dinâmica, regras e autonomia, explicita as dimensões da dominação.

Bourdieu critica os critérios fundamentais de classificação. Todo olhar social é uma forma de classificação. A classificação é sempre hierárquica. É dizer o que é e exclui o que não é, enquanto ato de distinguir. Da mesma forma, Foucault coloca a classificação como forma de segregar e excluir.

Para Bourdieu, uma distinção só se torna visível se é percebida como capaz de estabelecer a diferença e a diferença só se torna signo de distinção se lhe aplicamos um princípio de visão e de divisão, produto da incorporação da estrutura de diferenças objetivas. Em oposição, a distinção, para Elias, é caracterizada pela dinâmica de luta de classes pela hegemonia ideológica dentro de espaços nacionais.

O Estado, para Elias, tem um papel pacificador, ao diminuir os conflitos e punir, que cria uma centralização política na figura da nação. A partir do monopólio de violência do Estado, é possível acumular poder. O Estado traz as noções de direitos e cidadania, como forma de existir no mundo que parte da civilização. Para o Foucault, o Estado detém um poder individualizante e totalizador, como o poder pastoral. É um mecanismo de sujeitamento. E em Bourdieu, a instituição estatal unifica os campos social, econômico, cultural e político, enquanto monopólio da violência física e simbólica legítima, detém os recursos materiais e simbólicos e regula o funcionamento

dos campos por intervenções financeiras e jurídicas. O Estado contribui para a reprodução dos instrumentos de construção de realidade social, é regulador de práticas e impositor de classificação. Ele produz estruturas cognitivas incorporadas. Legaliza e legitima atos de união e separação.

Elias pensa a mudança a partir do modo como os padrões de comportamento e de emoção foram transformados gradualmente. Bourdieu reflete como ocorrem as permanências e as rupturas dentro dos campos e dos espaços sociais. Para ele, as transformações só são possíveis a partir de uma ruptura radical. Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, de reconhecer poder e capital simbólicos. A luta das classificações é uma dimensão da luta de classes, que ocorre dentro dos campos. Há conflitos entre poderes simbólicos para impor visões de mundo. Assim, Foucault foca em como o mundo moderno foi construído e que tipo de indivíduo ele constrói. Para ele, a história é caracterizada por estruturas de longa duração. Elias, no mesmo sentido, entende a evolução histórica como um conjunto de processos e relações em movimento.

Os três autores recebem críticas por centrarem suas análises na Europa ou em países colonizados. Elias pode ser considerado etnocêntrico, por tratar da expansão do processo civilizador da Europa para os outros lugares. Foucault também centra seus estudos na Europa e percebe-se preso na ordem do discurso. Bourdieu discute a condição do campesinato argelino e a sua posição dentro da intelectualidade francesa.

Considerações finais

Entre os pontos em comum exemplificados, ficou evidente que a discussão da sociologia contemporânea volta-se para temas como agência, estrutura e poder. Além disso, há uma forte presença nos autores de temas retratados pelos clássicos, somando novas perspectivas e novos contextos. Elias, Foucault e Bourdieu retomam discussões teóricas centrais para a sociologia. Percebe-se uma preocupação comum em compreender as formas como os agentes se relacionam e como as relações de poder são mantidas ou questionadas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.26, p.83-92, jun. 2006.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996.
- BOURDIEU, P. Reprodução simples e tempo cíclico. In: BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.11-50.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, N. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. v.8.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HEINICH, N. **A sociologia de Nobert Elias**. Bauru: EDUSC, 2001.
- ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.